



## RELATÓRIO

**PROCESSO: 00058.044598/2022-05**

**INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS - SRA**

**RELATOR: TIAGO SOUSA PEREIRA**

### 1. DESCRIÇÃO DOS FATOS

1.1. Trata-se de proposta de ato normativo encaminhada pela Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos - SRA, que substituirá integralmente a Portaria do Comando da Aeronáutica n.º 219/GC-5, de 27 de março de 2001. A temática fez parte da Agenda Regulatória da ANAC para o biênio 2019-2020 e, posteriormente, para o biênio 2021-2022, com o intuito de discutir e propor novo modelo de regulação das atividades de armazenagem e capatazia da carga importada e a ser exportada em substituição ao arcabouço atualmente vigente, bem como dos Contratos de Concessão.

1.2. A substituição da Portaria nº 219/GC-5/2001 decorre da obrigação legal imposta pelo inciso I, art. 47, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005 e tem o condão de promover a atualização e modernização da regulação, inclusive com a supressão de dispositivos que pressupõem a centralização da atividade pela administração aeroportuária, que deixaram de ser aplicáveis ou que já estão sob a regulamentação e competência da autoridade aduaneira. Ademais, a proposta busca corrigir distorções ao promover a cobrança das tarifas em razão da utilização da infraestrutura dedicada à carga internacional, vedar diferenciação entre empresas aéreas nacionais e internacionais e atualizar a aplicação de isenções.

1.3. Isto posto, rememoro que a proposta foi submetida a Consulta Pública, aprovada<sup>[1]</sup> na 11ª Reunião Deliberativa da Diretoria Colegiada, em 1º de agosto de 2023. Ao longo da **Consulta Pública nº 09/2023**, realizada no período de 7 de agosto de 2023 a 6 de outubro de 2023<sup>[2]</sup>, foram recebidas 107 contribuições<sup>[3]</sup> de diferentes atores, entre os quais se destacam as concessionárias de infraestrutura aeroportuária, empresas aéreas, operadores logísticos e entidades representativas de diversos setores, tais como a IATA e a ABR.

1.4. Após a análise das contribuições, a área técnica adequou a redação dos dispositivos propostos, a fim de promover melhor compreensão dos objetivos almejados pela Agência<sup>[4]</sup>. Ato contínuo, os autos foram encaminhados para análise da Procuradoria Federal Especializada junto à ANAC, que opinou pela regularidade jurídica<sup>[5]</sup> da minuta apresentada, com recomendações acatadas pela área técnica<sup>[6]</sup> e consolidadas na Proposta de Ato Normativo que ora se delibera (SEI nº 10477886).

1.5. Em 24 de outubro de 2024, o processo retornou<sup>[7]</sup> a esta Diretoria para continuidade.

É o relatório.

**TIAGO SOUSA PEREIRA**  
Diretor

<sup>[1]</sup> Certidão de Deliberação (SEI nº 8942967)

<sup>[2]</sup> Decisão Ad Referendum (SEI nº 9105507)

[3] Relação Contribuições CP 09/2023 (SEI nº 9403740), Relação Contribuições CP 09/2023 - Anexos (SEI nº 9403748) e Relação Contribuições CP 09/2023 - Anexos planilhas (SEI nº 9403758)

[4] Nota Técnica 50 (9999708)

[5] Despacho 623/2024/PROT/PFEANAC/PGF/AGU (SEI nº 10401067)

[6] Nota Técnica 105 (SEI nº 10477563)

[7] Despacho (SEI nº 10728801)



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Sousa Pereira, Diretor**, em 23/01/2025, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **10776948** e o código CRC **C77E3144**.